

# Bandeirantes digitais

Pesquisadores de Franca e do Arquivo do Estado criam base informatizada com documentos raros, que retratam a história de São Paulo e do Centro-Sul do país no século 18

Com menos de 15 mil habitantes em meados do século 18, a acañhada cidade de São Paulo dos tempos coloniais tinha pouco a ver com a megalópole de mais de dez milhões de habitantes de hoje. Uma coisa, no entanto, não mudou: há dois séculos e meio, o lugar já era ponto de passagem obrigatório para quem queria se aventurar Brasil adentro, avalia a historiadora Denise Moura, da Unesp de Franca. “Assim como hoje, havia uma grande população em trânsito usando São Paulo para esse fim”, conta ela. Denise e colegas da Unesp e do Arquivo Público do Estado estão envolvidos num esforço para facilitar o acesso à história daquela São Paulo, digitalizando e organizando 95 volumes de documentos que datam prin-

cipalmente da época setecentista.

Engana-se, porém, quem imaginar que esses calhamaços, originalmente impressos no fim do século 19 e hoje de difícil acesso, tratam apenas da capital paulista, ou mesmo do território dentro das atuais fronteiras do Estado de São Paulo. Na verdade, explica a historiadora, quem examina esse material tem dados para reconstruir os eventos mais importantes em todo o Centro-Sul do Brasil, dos pampas gaúchos ao Mato Grosso. Todas essas áreas estiveram administrativamente subordinadas a São Paulo durante boa parte do período colonial. “É preciso lembrar que todo o processo de exploração territorial e povoamento de áreas como o oeste de Minas Gerais, Goiás, Paraná e Mato Grosso

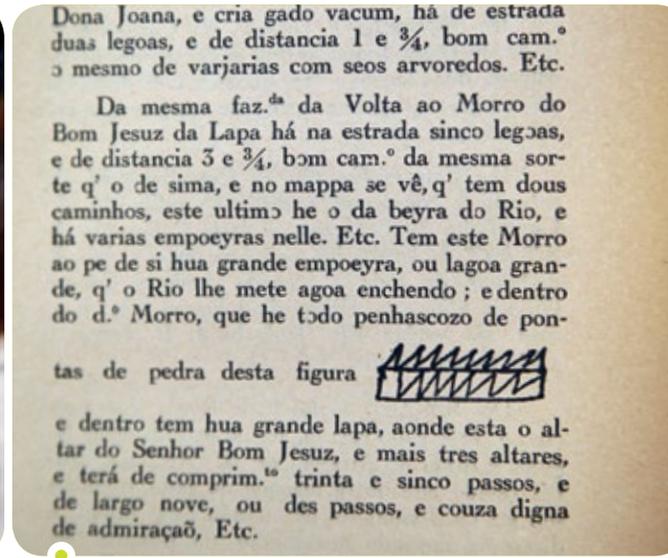
partiu de São Paulo”, afirma. Os documentos também trazem dados interessantes sobre outras regiões do país. “Um exemplo é uma tentativa de regularizar o comércio de escravos de Angola, os quais chegavam para trabalhar no Nordeste via porto de Santos”, conta.

Quando foram transcritos e impressos pela primeira vez, os textos ganharam o título oficial de “Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo”. Ao menos parte dos registros originais do século 18, todos manuscritos, ainda existe. “Os originais foram preservados, pois são únicos. Como em alguns casos a transcrição foi feita há mais de um século, sabemos que alguns dos manuscritos se deterioraram desde então, em função



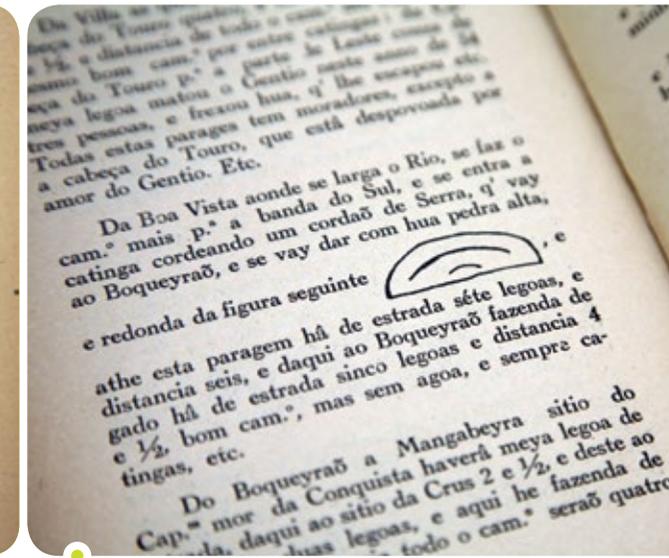
**CONSTRUÇÃO DO CATÁLOGO DIGITAL**

Equipe está digitalizando os 95 volumes de documentos e usando palavras-chave para organizá-los, de forma a permitir a busca informatizada



**"PENHASCO COM PONTA DE PEDRA"**

Autor usa recursos gráficos para descrever as dificuldades de um novo caminho para Goiás



**VIDA DE BANDEIRANTE**

A São Paulo dos séculos 17 e 18 ficou marcada pela imagem das expedições para o interior do Brasil



**PRESERVAR PARA REDESCOBRIR**

Segundo Denise Moura, acervo deve inspirar novas interpretações sobre a história colonial paulista

Fotos: Fernando Batistieti

da acidez da tinta com que foram redigidos", explica Carlos Bacellar, do Arquivo Público do Estado, que colabora com a equipe da Unesp no trabalho.

Mesmo no caso da versão impressa, no entanto, muitos volumes estão esgotados, outros estão deteriorados ou em bibliotecas espalhadas Brasil a fora, o que dificulta ou até impossibilita a consulta por parte de especialistas ou do público. "É uma documentação que está aí, que é conhecida, mas que poderia ser muito mais usada. O trabalho de digitalização vai democratizar e facilitar muito esse acesso", afirma Denise. A pesquisadora estima que o trabalho será concluído até o primeiro semestre de 2011.

Com a ajuda de cinco alunos bolsistas de graduação, a pesquisadora está digitalizando os 95 volumes de documentos e usando palavras-chave para organizá-los de forma a permitir a busca informatizada, como em qualquer buscador da internet. Isso é importante porque a documentação original não está organizada por assuntos nem dispõe de catálogos, o que gerava uma considerável dor de cabeça para os historiadores que tinham de lidar com ela.

A transcrição feita no fim do século 19, já depois da proclamação da República, respeitou, em linhas gerais, a grafia e as abreviaturas características do período

setecentista. "Não sei se é porque estou acostumada a lidar com uma variedade grande de documentos históricos, mas não considero que esses detalhes gráficos atrapalhem muito o nosso entendimento do material. É preciso levar em conta, por exemplo, a pontuação, que é usada de forma muito livre, de maneira bem diferente da nossa", diz Denise. "Às vezes você encontra aquele parágrafo imenso, interminável; em outros casos o documento é muito curto, como os chamados alvarás, as leis emitidas pela Coroa portuguesa."

Uma vez que o texto já não é o dos manuscritos originais, a pesquisadora admite que algum grau de "telefone sem fio" provavelmente aconteceu entre o primeiro texto e a transcrição e publicação no formato impresso. "Em alguns casos você vê o uso de reticências, provavelmente indicando que o responsável pela transcrição não entendeu parte do manuscrito e acabou pulando e abreviando um pedaço. É claro que ele acaba fazendo o trabalho do jeito dele. Mas essa é uma situação normal em qualquer pesquisa histórica: os documentos sofrem alguma alteração ao longo do tempo, e a gente precisa lidar com isso."

Mais interessantes são outros detalhes visuais nos volumes que estão sendo digitalizados, que dão uma ideia da grande variedade de material histórico no acervo.

"Temos muitos roteiros de viagem, que lembram diários de bordo, relatando a descoberta de um novo caminho para as minas em Goiás, por exemplo. O autor menciona os problemas que teve para chegar até lá, os rios por onde passou, e em certo ponto desenhou até um mapinha lá do jeito dele, que acabou sendo reproduzido (veja imagens no alto)", conta Denise. Um outro documento registra que um desses pioneiros morreu no sertão e traz até a oração que ele teria pronunciado no leito de morte.

**Cabo-de-guerra**

Disputas políticas e jurídicas também figuram com destaque nos textos. Um caso célebre é o que Denise qualifica como "uma briga danada", no fim do século 18, acerca da definição das fronteiras entre São Paulo e as recém-criadas e prósperas Minas Gerais – o pomo da discórdia era a posse do que hoje conhecemos como o sul de Minas, e os argumentos se estendem por cerca de mil páginas.

Outras brigas se dão em torno do controle das novas zonas mineradoras, em geral descobertas por colonos e taxadas com mão de ferro pela Coroa portuguesa. "Portugal estimulava o colono a prospectar essas áreas dando em troca uma mercê, termo que designava uma patente militar

mais ou menos equivalente a um título de nobreza em Portugal", explica Denise. "Um desses indivíduos achou uma lavra e ficou numa queda de braço com a Coroa. Os portugueses queriam que ele primeiro indicasse o local para só então receber a mercê, enquanto ele insistia em ganhar a honraria primeiro e só depois informar a Coroa sobre o local da lavra."

**Caminho para Curitiba**

O retrato da capital paulista nos textos é ao mesmo tempo acanhado para os nossos padrões e um bocado dinâmico para uma cidadezinha colonial. Por um lado, o perímetro urbano era de no máximo 25 quilômetros. "A atual Consolação era o caminho para Curitiba", lembra a pesquisadora. "Eu sempre brinco com um amigo português, que se hospeda em Pinheiros quando visita São Paulo, que ele devia ficar na cidade e não no caminho para o Paraná." Por outro lado, é possível imaginar a cidade repleta de tropas de mulas, os equivalentes dos atuais caminhões de carga, levando víveres e produtos do litoral para o sertão e do sertão para os portos.

No campo geopolítico, os volumes documentam a expansão portuguesa para o oeste da América do Sul. Um exemplo é o estabelecimento da fortaleza de Iguatemi, no atual território de Mato Grosso do Sul

– posto avançado da Coroa contra os espanhóis do Paraguai de hoje. "Temos seis volumes sobre esse tema, falando desde a resistência dos que eram recrutados à força para servir na fortaleza até detalhes como compra e transporte de comida para lá", afirma. "Esse é um dos motivos pelos quais essa documentação é importante não só para estudar São Paulo, mas o império colonial português como um todo."

A São Paulo dos séculos 17 e 18 ficou marcada pela imagem das expedições bandeirantes, que avançaram para o interior do Brasil em busca de índios que pudessem ser capturados para o trabalho escravo na lavoura. Esse aspecto conflituoso do contato entre indígenas e colonizadores aparece de forma clara nos documentos,

Trabalho vai democratizar acesso a informações sobre a história de São Paulo e também de todo o Centro-Sul do Brasil, que esteve subordinado administrativamente à cidade durante boa parte do período colonial

mas um lado surpreendente da moeda são as intenções comerciais presentes nesse processo. "Antes de me aprofundar nesse material, eu não tinha me dado conta de que a Coroa pensava, por exemplo, nos índios de Goiás como um potencial mercado consumidor para produtos europeus", afirma a historiadora. "Acho que esse é um exemplo de como essa documentação, embora já conhecida e pouco usada pela dificuldade de acesso, pode trazer e inspirar novas interpretações quando ficar disponível de forma mais ampla."

De acordo com Bacellar, do Arquivo do Estado, a ideia é que o acervo digital de materiais históricos continue a crescer nos próximos anos. "A microfilmagem ainda é o meio mais seguro para guarda de longo prazo, enquanto a digitalização garante uma melhor difusão da informação, seja pela internet, seja pela reprodução via CDs e DVDs. No momento, vários projetos vêm sendo desenvolvidos com vistas a ampliar o repertório de documentos digitais. Destacam-se os documentos referentes a núcleos coloniais e aos Maços de População, ou seja, os censos do período colonial, além de um conjunto bastante expressivo de revistas raras, este já no ar", afirma. O material está disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/>, no link "documentos destaque".